



**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DO TERRITÓRIO BAIXO SUL DA
BAHIA - PTDSS**

**BAIXO SUL
BAHIA 2018**



**Governo do
Estado da Bahia**

GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTADUAL
JOÃO LEÃO

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
JERÔNIMO RODRIGUES



CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO – CGT

COLEGIADO DO TERRITÓRIO BAIXO SUL DA BAHIA NÚCLEO DIRETIVO TERRITORIAL - ND

ASSESSORES TERRITORIAIS

ANTONIA GERMANA DE JESUS SANTOS (ATGS- NEDET/CNPq/IFBAIANO)
AROLDO JOSÉ HORA DE SANTANA (ATIP- NEDET/CNPq/IFBAIANO)
IONÁ MANUELA SANTANA - (ATGE- NEDET/CNPq/IFBAIANO)
SÉRGIO RICARDO MATOS ALMEIDA (COORDENADOR DO NEDET/IFBAIANO)



SISTEMATIZAÇÃO

ANTONIA GERMANA DE JESUS SANTOS (ATGS- NEDET/CNPq/IFBAIANO)
GERVAL TEÓFILO – BAHIATER/CODETER

COMISSÃO COLABORADORA

AACAF, CEPLAC, SASOP, IDC, UNEB e FASE

FORMATAÇÃO

FOTOS ARQUIVOS DO TERRITÓRIO

SUMÁRIO

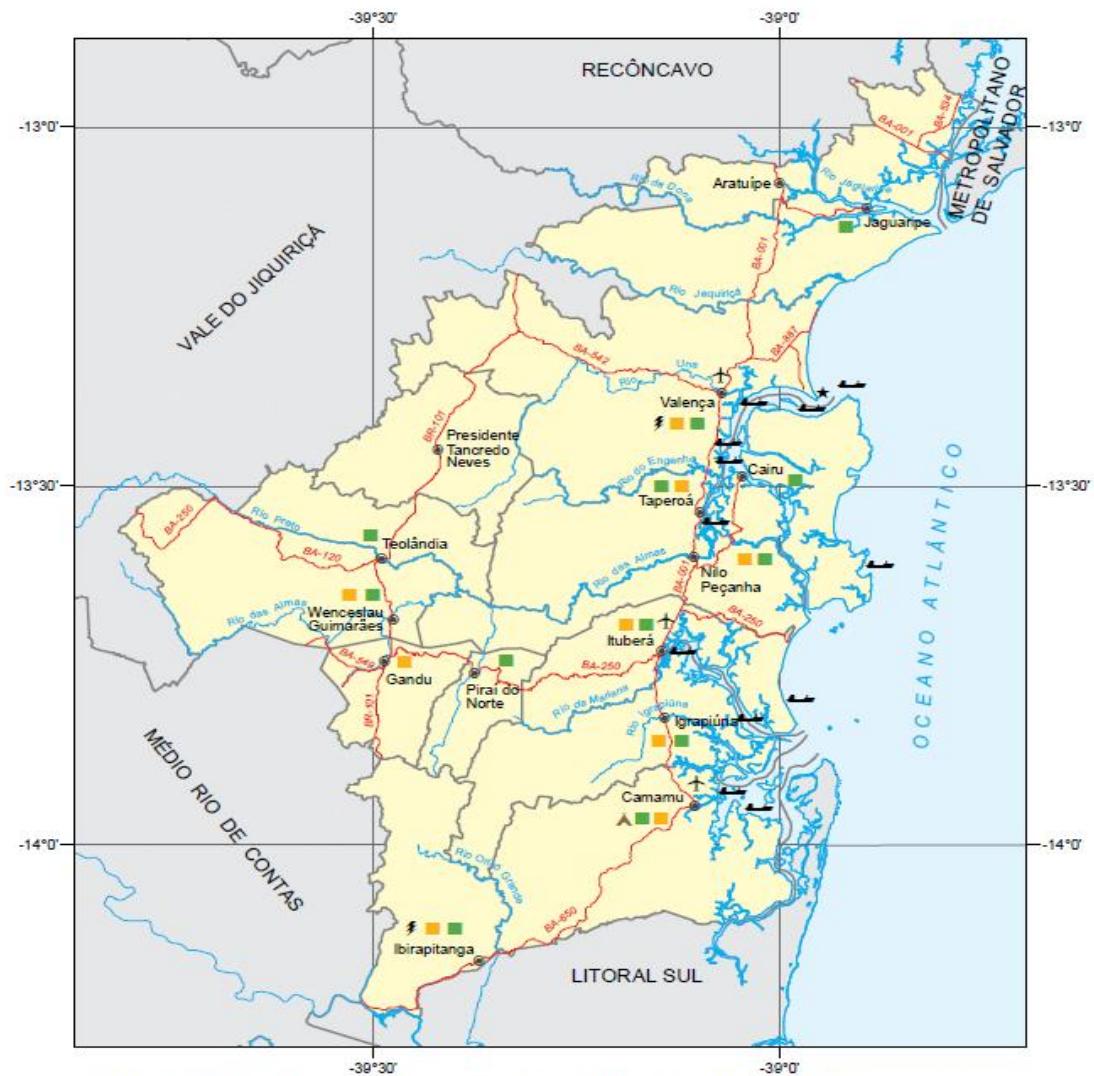
1. APRESENTAÇÃO	08
2. DIAGNÓSTICO.....	09
2.1 Síntese dos aspectos Históricos da Formação Econômica do Território Baixo Sul	
2.2 Contextualização Territorial do Baixo Sul da Bahia	
2.3 Características Gerais e Redes Sociais de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável do Território Baixo Sul	
2.4 DIAGRAMA DE VENN	
2.5 Gestão Territorial	
3.COMPOSIÇÃO ATUAL DO COLEGIADO TERRITÓRIO BAIXO Sul.....	21
3.1 Composição do Núcleo Diretivo do Território Baixo Sul.....	23
4. ESTRUTURA DA ECONOMIA DO TERRITÓRIO.....	24
4.1 Delimitação do território e sua abrangência	25
4.2 Densidades Demográficas do Território Baixo Sul.....	26
4.3 População e Emprego.....	27
4.4 Composição do PIB, sua evolução Histórica e Recente	29
5 MATRIZ DE PLANEJAMENTO DO PTDSS.....	31
5.1 Gestão do PTDSS.....	34
5.2 Acompanhamento e Monitoramento do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário	34
REFERÊNCIAS	35

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

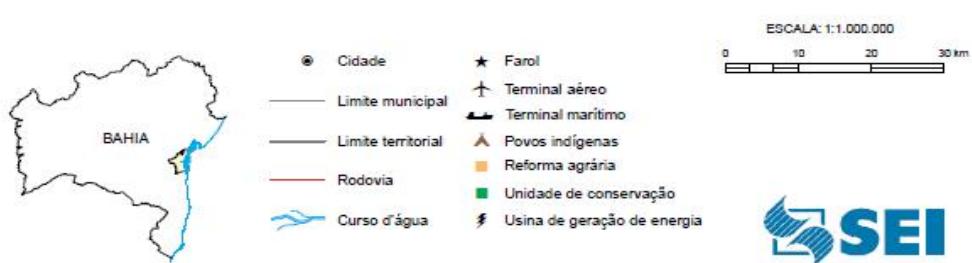
ADT – Agente de Desenvolvimento Territorial
AEE – Atendimento Educacional Especializado
AF – Agricultura Familiar
APA – Área de Proteção Ambiental
APT – Arranjo Produtivo Territorial
ASCOOB – Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CETEP – Centro Territorial de Educação Profissional
CIAPRA – Consórcio Intermunicipal da APA de Pratigi
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODETER – Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CENTRAL – Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária Central Mata Atlântica
CRAM – Centro Regional de Atendimento à Mulher
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios
IDS – Instituto de Desenvolvimento Social
IES – Instituições de Ensino Superior
IFBA – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia
IFBAIANO – Instituto Federal Baiano
INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério de Educação
NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
NRE – Núcleo Regional de Educação
ONG's – Organizações Não – Governamentais
ONU – Organizações das Nações Unidas
OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAT – Plano Tático e Operacional
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA-P – Plano Plurianual Participativo
PROINF – Projetos de Infraestrutura
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSF – Programa Saúde da Família
PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PTDSS – Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI – Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia
SEI – Superintendência de Estatísticas e Informações
SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMAF – Serviço Municipal de Apoio à Agricultura Familiar
SEPLAN – Secretaria Estadual de Planejamento
SETAF – Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar
SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUS – Sistema Único de Saúde
TBS – Território do Baixo Sul
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UNEB – Universidade do Estado da Bahia

**ASPECTOS GERAIS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE
BAIXO SUL - BAHIA**



Fonte: ANAI (2009), Funasa (2011), MMA (2013), Aneel (2012), Bahia (2012), Bahia (2013), Sema (2013), INCRA (2011), CDA (2009).



1. APRESENTAÇÃO

Este documento representa a sistematização dos trabalhos em construção do desenvolvimento sustentável do Território do Baixo Sul da Bahia, a partir da necessidade permanente de revisitar e manter em constante construção o Plano de Desenvolvimento do Território Baixo Sul, reenvendo suas estratégias, objetivos, metas, diretrizes e reafirmando os compromissos com o binômio “crescimento com sustentabilidade” da região.

Visa também responder a demanda pautada pelo governo do Estado a partir da Secretaria do Planejamento – SEPLAN, através da Diretoria de Planejamento Territorial - DPT, para impulsionar a trajetória desenvolvimentista dos territórios de identidade da Bahia a partir de cada um dos territórios e de seus agentes sociais. Possibilitando e afirmado no momento atual de transição a importância da política territorial para o planejamento de cada região, já construindo diretrizes e perspectivas para os próximos anos.

A requalificação do Plano partiu do olhar sistêmico do governo do Estado ao adotar os territórios como espaço de execução de seus programas e políticas públicas; da organização das discussões realizadas nos eixos aglutinadores definidos pelo colegiado; pelos acúmulos das caminhadas dos agentes sociais que compõem o colegiado e suas organizações; do diálogo com as propostas formuladas para cada município que compõe o território e pelos governos municipal, estadual e federal.

Esta revisão contou com os resultados dos trabalhos acumulados nos eixos temáticos recentemente substituídos pela nomenclatura (cadeias produtivas) e diferentes atividades realizadas no território ao longo de sua constituição, foram também consultados os Planos Diretores Municipais, o Plano Plurianual do Estado 2016 – 2019 da Bahia, o Programa Territórios da Cidadania, documentos das Conferências de ATER e SAN. Foram também realizados diversos encontros, “Oficinas”, com a finalidade de requalificar o Plano com a participação de diferentes atores que compõem os segmentos da sociedade civil e do poder público.

Desta forma a ampliação e requalificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – PTDSS, que se apresenta, pretende rever o que ficou estabelecido pelo Colegiado do Território Baixo Sul na primeira versão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) em 2007 e na segunda versão com a operacionalização do Programa Territórios de Cidadania, Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) em 2010. Reafirmando a importância desta ferramenta para construção coletiva do Desenvolvimento Sustentável do Território Baixo Sul. Estas publicações devem ser adotadas como referência, para o planejamento de ações e investimentos que busquem o desenvolvimento sustentável na região, tanto pelo poder público nos diferentes níveis, como para as diversas organizações e entidades que tenham ou venham a ter ações no Território Baixo Sul da Bahia. Esse plano é, pois, processo e produto, e deve refletir as vontades e anseios dos atores ativistas do território e seus segmentos. É a carta de intenções territorial, onde devem caber seus desejos numa visão de futuro. Servirá também como instrumento para sistematizar programas e projetos e ordená-los de forma que possam ser negociados nas diversas instâncias pelo coletivo e suas representações sociais e públicas com parceiros nacionais e internacionais.

Colocado no papel de forma coletiva, caberá ao CODETER e instituições representativas das diversas instâncias de governança social e pública, urbanas e rurais, desenvolverem a capacidade de gestão e implementação, com esforço coletivo de tirá-lo do papel, para concretizar suas propostas, através de programas e projetos para curto, médio e longo prazo, visando o desenvolvimento sustentável e integrado do Território Baixo Sul.

2- Diagnóstico

2.1 Síntese dos aspectos Históricos da Formação Econômica do Território Baixo Sul.

Historicamente, a região do Baixo Sul caracterizou-se como área pioneira no processo de ocupação do Brasil, iniciado no século XVI. Os primeiros 50 anos de colonização correspondem ao início da transformação da mata em áreas agriculturáveis nas ilhas de Cairu e nos principais pontos de penetração continental, ciclo que foi interrompido na parte continental pela hostilidade dos índios Aimorés. Neste momento aumentaram as pressões sobre as áreas naturais das próprias ilhas, visto que a região já na época foi considerada como estratégica para o fornecimento de farinha de mandioca para Salvador e Recôncavo.

Após a considerada “pacificação” dos índios, a frente agrícola voltou com toda a força para as áreas continentais e suas terras mais férteis. Nessa época, Camamu foi considerado o maior porto de farinha da Colônia. Este ciclo só se interrompeu nos meados do século XX, a partir da decadência do sistema de transporte hidroviário e a ascensão do transporte por rodovias, que abriu novas frentes de abastecimento, para a Região Metropolitana de Salvador em formação inicial.

O Baixo Sul caracterizou-se também como área pioneira no processo de ocupação da região, pois as principais vias de penetração para o interior tiveram como ponto de origem os municípios de Cairu e Valença. No Século XVI em 1534, tabuleiros costeiros de Valença desde a região de Jaguaripe até Ilhéus, compreendia o “Baixo Sul”, era região habitada pelos *índios tupiniquins*, passaram a pertencer à Capitania de São Jorge dos Ilheos com o maior litoral entre os municípios do estado, foi fundada em 1536 como “Vila de São Jorge dos Ilheos”, e elevada cidade “Ilhéus” em 1881.

A era pós-ciclos econômicos extrativistas do pau-brasil e exploração da cana-de-açúcar, Valença se constituiu em um núcleo de desenvolvimento regional que viria a se fortalecer a partir da segunda metade do Século XIX, uma microrregião que caracterizava, diferentemente da época colonial e do litoral sul, pelo policultivos com plantios de: arroz, cana-de-açúcar, café, mandioca, pimenta do reino, canela e áreas ainda em formação com plantios de especiarias.

Valença foi elevada à condição de vila em 1789 e depois de dez anos Valença tornou-se município, em 23 de Janeiro de 1799, desmembrada de Cairu, também município desde 1606. Em

1844, foi inaugurada a “Fábrica de Tecidos Todos os Santos”, recebendo a denominação de “Cidade Industrial de Valença”.

O município de Camamu surgiu em 1891, que na época era o maior exportador de farinha de mandioca do país, também era o segundo município de maior importância da Bahia.

Os municípios Nilo Peçanha e Taperoá têm uma história comum, haja vista as sucessivas extinções e recriações no Século XIX. Nilo Peçanha tornando-se municípios em 1916 e Taperoá 1930.

Ituberá passou a categoria de município em 1909 e se chamava Santarém, passou a receber o nome de Ituberá em 1944.

Igrapiúna pertencia ao município de Camama, era distrito, vindo a acontecer sua emancipação política em 1985.

Com a construção da rodovia Santo Antônio de Jesus até Gandu, 1940, ocorreu o desenvolvimento do território de Teolândia. O até então, arraial, e depois distrito de Burietá, com o crescimento do comércio e da agropecuária, foi elevado a município em 1962, desmembrado do município de Taperoá.

Assim sendo o território Baixo Sul é composto por 15 municípios cada um com sua história (Aratuípe, Jaguaripe, Cairu, Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiuna, Camamu, Ibirapitanga, Pirai do Norte, Gandu, Wenceslau Guimarães, Teolândia e Presidente Tancredo. Neves.

Aspectos Ambientais

O território do Baixo Sul predomina a Mata Atlântica, denominação genérica que se aplica a diversas formações florestais fisionômica e floristicamente distintas.

De acordo com o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA (1992), cerca de 30% do Estado da Bahia era originariamente coberto por Mata Atlântica apesar da grande importância biológica, o bioma Mata Atlântica está entre os mais ameaçados do mundo. Considerando-se a destruição ocorrida nos últimos dez anos, estima-se que existam apenas cerca de 7% dos remanescentes de Mata Atlântica em todo o país, que ficarão ainda completamente reduzidos e restritos às unidades de conservação, caso as taxas de desmatamento não sejam revertidas. Todo o processo de destruição desse bioma está diretamente relacionado à colonização europeia do território brasileiro e aos cinco séculos de ocupação humana baseada no extrativismo e uso predatório dos recursos.

No caso do Baixo Sul, o padrão de ocupação e uso dos recursos naturais não foi diferente do verificado no resto da Mata Atlântica. Sendo uma das regiões mais antigas de colonização no

Brasil, iniciada ainda no século XVI, ela é historicamente relacionada ao abastecimento de alimentos para a cidade de Salvador.

O desmatamento ocorrido na Microrregião está relacionado a uma forte pressão pelo uso da terra e pode ser explicado por vários fatores: exploração madeireira, extrativismo, ampliação da área cultivada, crise da cacauicultura e incorporação de novas culturas agrícolas.

Mesmo com elevado nível de desmatamento, a Mata Atlântica no Baixo Sul ainda apresenta importantes remanescentes florestais em diferentes estágios de regeneração.

As áreas de restinga, manguezais e cabruca (plantio em áreas de sub-bosque, sombreado com espécies arbóreas da Mata Atlântica) podem ser consideradas de fundamental importância para a fauna da Microrregião.

O Baixo Sul é um mosaico de Áreas de Proteção Ambiental (APAs), sendo constituído por cinco delas: Pratigi, Guaibim, Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, Tinhare/Baía de Camamu. As riquezas naturais: matas, praias, rios, cachoeiras, manguezais, restingas, coqueiros constituem a maior parte de sua paisagem. A responsabilidade com a nova consciência ambiental surge com as transformações culturais que ocorreram nas décadas de 60 e 70, ganhou dimensão e situou o meio ambiente como um dos princípios fundamentais do homem moderno.

A incorporação da variável ambiental como uma nova referência para o desenvolvimento territorial exige mudanças de comportamentos nas bases de articulação da economia integrada ao meio ambiente, as quais passam a se referenciar na conservação e no uso racional dos recursos naturais e dos ecossistemas, relevantes pela sua biodiversidade em termos de flora e fauna.

Clima no Baixo Sul

O Baixo Sul caracteriza-se por apresentar clima tropical com elevadas temperaturas e precipitações, influenciadas pela proximidade do mar. As temperaturas médias anuais variam entre 21°C e 31 °C, sendo maiores e com menor amplitude térmica na faixa costeira.

Os meses mais quentes estão entre janeiro a março e os mais frios julho e agosto. Os maiores índices pluviométricos verificam-se ao longo do litoral, na chamada Costa do Dendê, com faixa de umidade que decresce no sentido Leste-oeste, caracterizando tipos climáticos distintos como: úmido, úmido a subúmido e seco a subúmido.

O regime pluviométrico é regular com chuvas abundantes distribuídas durante o ano, com médias anuais superiores a 1.750 mm. Os meses de maior pluviosidade estão entre março a junho e os de menor pluviosidade entre agosto e outubro; não ocorrem meses propriamente secos no Baixo Sul.

Por se tratar de uma área com grande influência da zona litorânea, a umidade relativa média gira em torno de 80% a 90%, e a velocidade média dos ventos varia entre 1,29 m/s a 2,9 m/s, dependendo dos meses do ano.

Municípios	Tipos Climáticos
Ibirapitanga	Quente e Úmido
Cairu,	Úmido
Camamu,	Úmido
Igrapiúna ,	Úmido
Ituberá ,	Úmido
Nilo Peçanha,	Úmido
Presidente Tancredo Neves	Úmido
Taperoá,	Úmido
Teolândia,	Úmido e úmido a subúmido
Valença,	Úmido
Gandu	Úmido
Wenceslau Guimarães	Úmido e úmido a subúmido
Aratuípe	Úmido
Piraí do Norte	Úmido
Jaguaripe	Úmido

Patrimônio histórico e cultural

Aliado ao patrimônio natural, a região dispõe de patrimônio arquitetônico e cultural com valor histórico para o Brasil, constando de casarões, igrejas, conventos e fortalezas. Dentre as manifestações do folclore da região, destacam-se Bumba meu boi, Terno de Reis, Terno de Rosa, Zambiapunga,Caretas, entre outras.

Por suas riquezas culturais e históricas, o Baixo Sul se transformou em um relevante destino do ecoturismo da Bahia, reunindo pontos conhecidos nacional e internacionalmente, como Morro de São Paulo, Boipeba, praia do Pratigi e Barra Grande.

Atividades rurais

Com a temperatura oscilando entre 21 °C a 31 °C confere ao Baixo Sul um ambiente propício para cultivo bastante diversificado como: mandioca, cacau, cravo, dendê, palmito, piaçava,

guaraná, pimente-do-reino, banana, graviola,etc. Sua vegetação apresenta grande diversidade, sendo que nas áreas das Cordilheiras e dos Vales, as comunidades vivem da agricultura. Já nas regiões estuarinas, as atividades de pesca e turismo são predominantes. Cerca de 360 mil pessoas vivem na região, segundo último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(IBGE) publicado em 2010.

Solos

Do ponto de vista pedológico, também é grande a variação de solos. Os tipos predominantes correspondem aos Latossolos Podzólicos, os quais, embora sejam profundos e típicos de clima úmido, são, na sua maioria, de baixa fertilidade natural, necessitando de correção. Observam-se Latossolo Variação Una álico, Podzólico Vermelho-Amarelo álico, Latossolo Vermelho-Amarelo álico, Solos Indiscriminado de Mangue (manguezal), Podzólico Vermelho- Amarelo distrófico, Podzol Hidromórfico e Areias Quartzosas marinhas.

Recursos Hídricos

O Baixo Sul é uma área extremamente rica em recursos hídricos. Conta com um conjunto de corpos d'água em condições variáveis de navegabilidade, expressivos complexos de mangues e quedas d'água de grande poder de atração turística, o que se traduz em valorosos recursos ambientais com potencial econômico, sobretudo para exploração das populações ribeirinhas.

A análise da demanda por recursos hídricos no Baixo Sul indica que os principais usos, por ordem de importância, são: abastecimento urbano e rural; irrigação e dessedentação de animais; lazer e turismo na faixa litorânea; navegação na foz dos rios; abastecimento industrial; aquicultura e utilização de mananciais como corpos receptores.

Do ponto de vista hidrográfico, o Baixo Sul encontra-se inserido na Região e na Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul, estando limitado, ao norte, pela Bacia do Rio Jiquiriçá e, ao sul, pela Bacia do Rio de Contas. Entretanto, são as Sub-bacias Hidrográficas dos Rios Una, Almas, Cachoeira Grande ou Mariana, Acarai e Maraú que conformam e influenciam de modo mais direto o Baixo Sul.

SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS DO BAIXO SUL

- Una
- Almas ou Jequié
- Cachoeira Grande / Mariana / Acaraí

São exatamente estas sub-bacias que apresentam o maior rendimento em termos de produção hídrica, sendo predominante nesta área o clima tropical chuvoso (com breve período de estiagem) e precipitações pluviométricas que chegam a superar os 2000 mm (este gradiente de chuvas decresce de Leste para o Oeste e para o Norte, no Recôncavo Sul).

Os principais centros urbanos da Microrregião foram formados nas proximidades destes cursos d'água que, além de apresentarem condições de navegabilidade consideradas como satisfatórias, aglutinam as principais culturas agrícolas do Baixo Sul ao longo de suas margens.

O curso d'água de maior expressão é o *Rio Una*, que tem grande significado econômico para a Valença, tanto em termos turísticos como na produção de pescado (fértil em pitus, camarões, robalo e tainha), sendo navegável por canoas, escunas e lanchas.

O *Rio das Almas ou Jequié*, com seus vários afluentes, entre eles o *Rio Gandu* e *Rio Águas Comprida*, é de grande importância para a região de Nilo Peçanha e apresenta condições de navegabilidade e pesca, sendo favorável às embarcações de pequeno calado e à pesca. Em suas margens, encontram-se plantações de cacau, banana, guaraná e laranja. O *Rio Cachoeira Grande* percorre as terras dos municípios de Camamu e Ituberá e, além de apresentar condições de navegabilidade, também possui em suas margens plantações de cacau e pastagens.

Tabela 2 – Principais rios dos municípios do Baixo Sul

Municípios	Rios
Cairu	Riacho Gamboa
Camamu	Cachoeira Grande, Acaraí, Orijó, Sorojo
Gandu	Almas
Igrapiúna	Serinhaém, Igrapiúna, Pinaré
Ituberá	Cachoeira Grande, Serinhaém, Rio de Barro, Riacho Maribu, Santarem, Rio das Piabas, Cabatá
Ibirapitanga	Oricó, Cachoeira do Pau, Reves, Dois Irmão da Mata, Santo, Tanque, Oricozinho, Jacuba, Buris, Rio do Meio, Rio Pardo
Nilo Peçanha	Jequié ou das Almas, do Braço, Santo, Santo Antônio
Piraí do Norte	Juliana, Rio do Peixe
Pres. Tanc. Neves	Riacho do Meio, Piauí, Riacho Espanada, Rio Ipiranga
Taperoá	Jequié ou das Almas, Camuruji, Engenho, Carijé
Teolândia	Preto, Jequié ou das Almas, Fonte de Prata, Rio dos Reis
Valença	Una, Jiquiriçá, Pitanga, do Braço, Graciosa ou Engenho, Piau

Fonte: Costa do Dendê, BAHIATURSA, 1998; Anuário de Estatística, SEI/SEPLANTEC, 2001

Potencial agrícola

O dendê, fruto de uma palmeira originada na costa ocidental africana, é, encontrado atualmente, na Malásia, Indonésia e no Brasil. Seus derivados podem ser utilizados na produção alimentícia, cosmética e energética, evidenciando um grande potencial econômico a ser explorado. Apesar de a região apresentar condições favoráveis à produção do dendê, ainda possui produtividade média anual relativamente baixa.

O guaraná, que por muitos anos esteve associado à região Amazônica, referência na produção desta fruta, tem hoje o Município de Taperoá, como o maior produtor do Brasil, com grande volume de exportação para países como: Alemanha, França, Itália, EUA entre outros países. Taperoá possui 1.700 hectares de área plantada, produção anual de aproximadamente 800 toneladas e produtividade de 430 quilos de grãos por hectare. O cultivo do guaraná é de grande importância sócio-econômica para o Estado da Bahia, já que é o maior produtor da cultura, com aproximadamente 72% da produção mundial.

Destaca-se também as cadeias produtivas de fruticultura que lidera com 80% do Cacau como o principal cultivo, haja vista que vem da produção da Agricultura Familiar e é cultivado em pequenas propriedades. A graviola com produção do Estado e a banana em produção de

sequeiro sendo a segunda área de produção da Bahia o município de Teolândia. A produção no território com foco para fruticultura (cupuaçu, maracujá, cajá, abacaxi, rambutan), este último é exportado para outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Possui ainda produções economicamente significativas como a piaçava(maior produtor mundial), a seringueira, mandioca, cravo etc. A diversificação das atividades agrícolas no baixo sul busca o equilíbrio da exploração com racionalidade tornando-se uma das principais áreas do planeta capaz de atender atividades produtivas de forma tão diversa.

2.2 Contextualização Territorial do Baixo Sul da Bahia

A superação do desigual desenvolvimento social tornou-se demanda estratégica entre as regiões do país, o que levou o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em 2003, a planejar o desenvolvimento rural dos estados brasileiros a partir da territorialização das regiões com características culturais, sociais, econômicas, agrícolas entre outras, mas principalmente, levando em consideração o sentimento de pertença ao local, a identidade territorial. No Baixo Sul, a partir do conhecimento de como seria trabalhar em redes de organizações no mesmo espaço geográfico, os representantes de vários Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais através da criação da Agência de Assessoria e Comercialização da Agricultura Familiar – (AACAF), a qual se tornou a entidade animadora do Território por vários anos. ONGs, prefeituras, entidades de ATER dos governos Federal e Estadual, fomentaram na região a criação do Colegiado do Território Baixo Sul no ano de 2003, com a participação de 50 atores sociais de diferentes setores ligados a agricultura familiar do território, bem como entidades da Sociedade Civil de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e órgãos de ATER do poder público dos governos federal e estadual (CEPLAC e EBDA).

Inicialmente o MDA definiu que o Baixo Sul seria pertencente ao Território Litoral Sul a partir do mapa da divisão dos Territórios por ser próximos e com características similares. Sendo questionado pelos representantes do Baixo Sul, fundamentando-se nas significativas diferenças históricas, culturais, sociais, econômicas, ambientais e do modelo agrícola de produção de cada região.

Diante desse contexto após a realização da I oficina no município de Itabuna, em setembro de 2003, ficou decidido que o território Baixo Sul se desvincularia do Sul reordenando-se à proposta da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT. Contudo os recursos de apoio a mobilização dos territórios foram distribuídos entre os dois, ficando o Baixo Sul classificado ainda como sub-território para aquele ano, porém com total autonomia para realizar suas atividades.

Em 2004, já como território de homologado ocorreu à primeira oficina do Território Baixo Sul no município de Valença, que contou com a participação de várias entidades do poder público e da sociedade Civil. Nessa oficina foi criado o Grupo Gestor Territorial – GGT, para coordenar e decidir sobre as questões territoriais e o Núcleo Executivo - NE com o papel de executar e encaminhar as discussões e propostas elaboradas pelo Grupo Gestor do Território. Foi escolhida uma entidade como referência animadora sendo eleita na época a Agência de Assessoria de Comercialização da Agricultura Familiar - AACAF.

Para a formação do Grupo Gestor, foram indicadas, a princípio, cerca de 40 entidades e para o Núcleo Executivo 13 nos dois espaços foi garantida a presença da Sociedade Civil e do Poder Público.

Assim sendo, o Território do Baixo Sul obteve sua independência e ficou entre os seis primeiros territórios homologados no Estado da Bahia, com o encaminhamento de projetos específicos para atender suas principais demandas principalmente na área da agricultura familiar.

O MDA disponibilizou para os territórios homologados investimentos em projetos de infraestrutura através do PROINF-. O colegiado definiu como demanda prioritária a verticalização da produção agrícola territorial, especificamente na cadeia produtiva do guaraná. Inicialmente foi encaminhado o projeto de construção de uma fábrica para o beneficiamento do guaraná, sediada no município de Nilo Peçanha, com o objetivo de atender os agricultores com produção de guaraná do território, gerida pelos próprios agricultores familiares através de suas organizações



Figura 3 - Visita técnica e operacional na sede da Agroindústria de Guarana.

Guaraná em grão e em pó

Atualmente a agroindústria de guaraná encontra-se inativa por vários motivos, no entanto, conta com o apoio do governo do estado e de universidades no projeto de readequação que se encontra em processo de implantação.

Na busca de soluções foi fundada a Central Mata Atlântica (2015), gestora dos empreendimentos da agricultura familiar e economia solidaria do território, com o objetivo de possibilitar a gestão e comercialização dos grupos e entidades produtivas do território. O território conta com a parceria

da UESC, com um grupo de pesquisadores que buscam a P&D para atender o manejo, colheita, beneficiamento, padronização e armazenamento do guaraná da Bahia.

Nos últimos anos o território Baixo Sul, tem executado várias políticas e programas dos governos federal e estadual principalmente do Governo do Estado, através de editais de investimentos e custeios voltados aos processos de agroindustrialização das atividades produtivas do território.

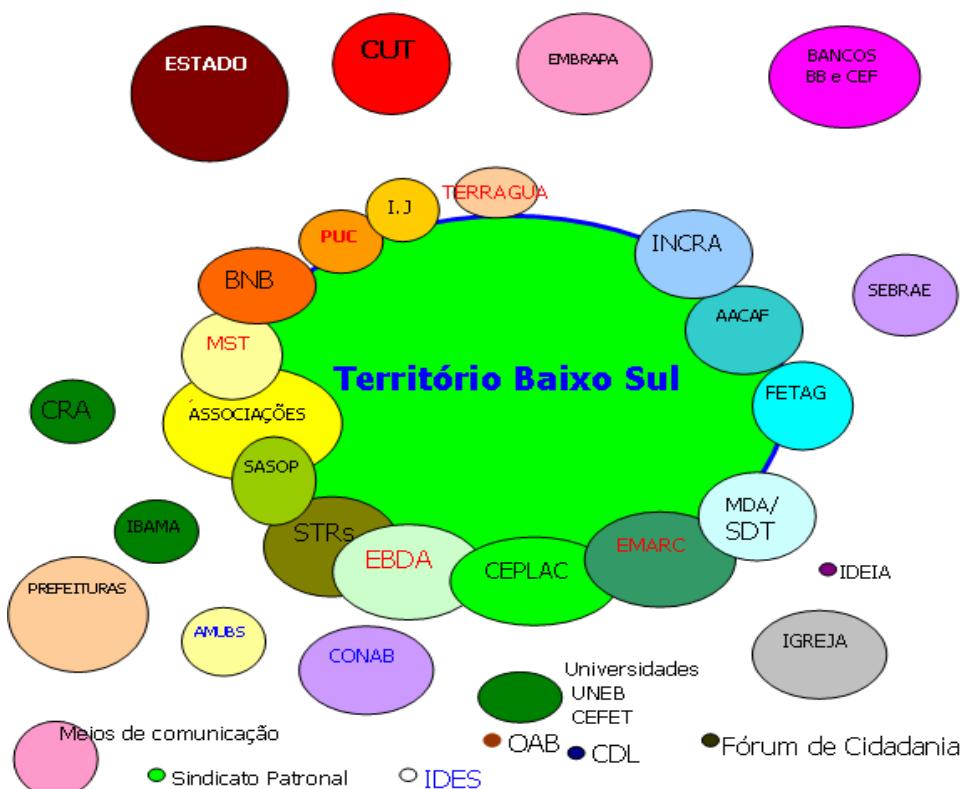
2.3 Características Gerais e Redes Sociais de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável do Território Baixo Sul

O território possui rede de cooperação bastante ampla, entretanto o comprometimento com a execução de ações territoriais tem se restringido a poucas instituições com presença do poder público e as entidades ligadas a agricultura familiar que representam as organizações da sociedade civil.

Nos momentos de construção do escopo do planejamento e da avaliação do colegiado territorial foram utilizadas diferentes ferramentas, como “diagrama de venn”, técnica para mobilizar, mapear e avaliar a participação e proximidade das entidades na articulação territorial. Durante as atividades com articuladores, dirigentes e entidades do colegiado, foi possível notar certa mobilidade no grau de atuação e interação das entidades com o território e mobilizar o ingresso de outras a partir do seu pertencimento e missão organizacional.

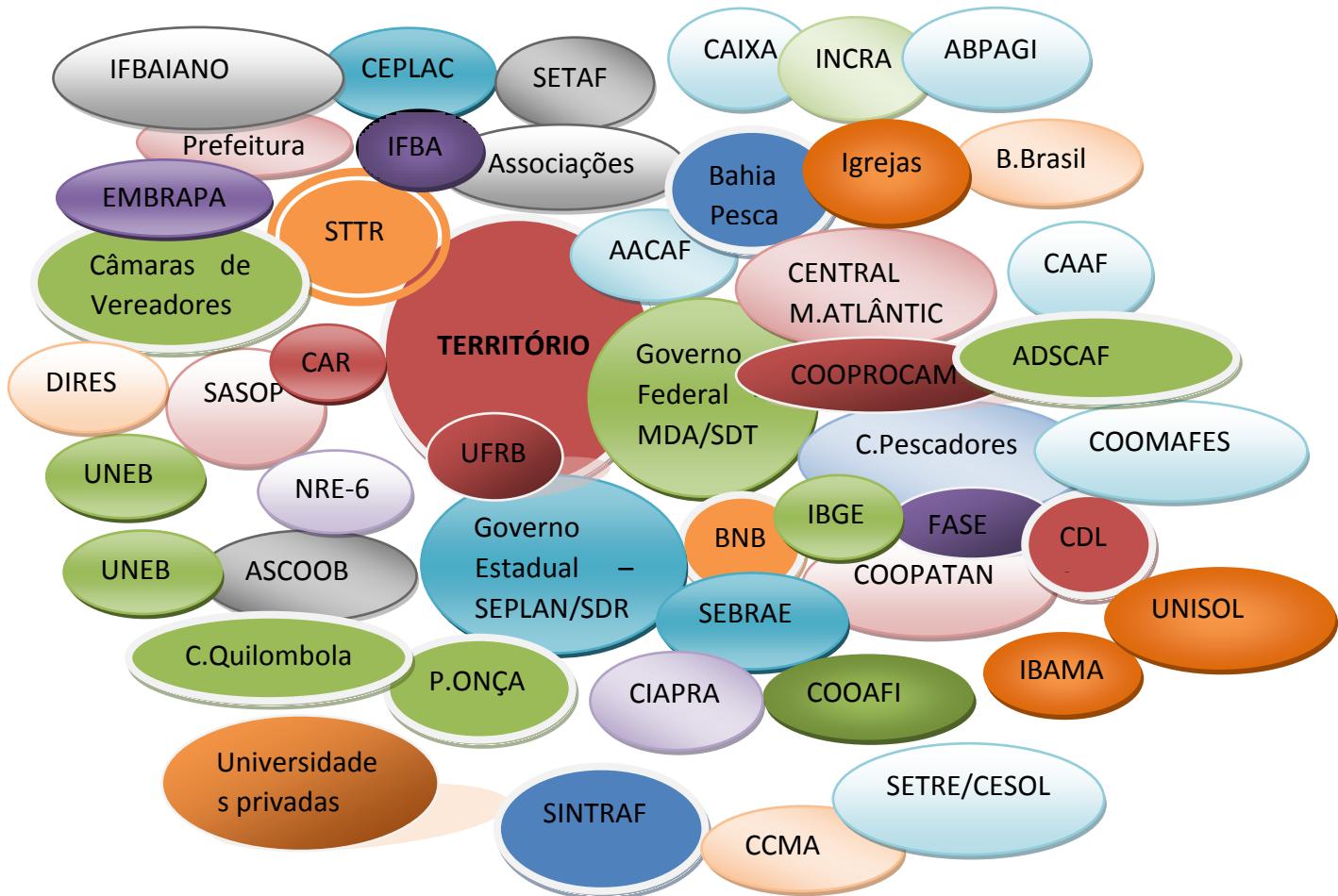
Diante do evento de criação do CEDETER e do CODETER (Lei 13.214 de 11/12/2014 - Institui a Política Territorial, e de suas instâncias interorganizacionais, se faz necessário apresentar seu histórico e seu avanço a partir da participação e atuação das entidades que contribuíram no processo de construção da política territorial no Baixo Sul, no início com poucas organizações como mostra o diagrama construído com a participação de 34 entidades dos municípios do território em 2004.

2.4 DIAGRAMA DE VENN



Oficina realizada em novembro de 2004, em Valença-Ba.

Em 2010, conforme o diagrama, aumentou a procura de entidades interessadas em construir e elaborar a matriz tecnológica de apoio ao desenvolvimento territorial. O CODETER passou a contar paritariamente com representantes de 116 entidades da sociedade civil e do poder público.



2.5 Gestão Territorial

Na comparação entre os diagramas de Venn, podemos perceber maior participação das entidades do território, sobretudo no que se refere ao poder público, especificamente governo federal e estadual por meios de projetos e programas.

Apesar do expressivo número de organizações na região, atualmente o CODETER é composto por 120 entidades, porém ainda é incipiente o envolvimento de algumas nos destinos comunitários mais gerais de âmbito territorial. Muitos desses movimentos se restringem à defesa dos espaços e interesses locais, ao desenvolvimento de ações específicas e à implantação de serviços e infraestrutura básica, a exemplo das Associações de Pequenos Agricultores e Colônias de Pescadores.



Plenária Territorial do PPA/2015 do Governo do Estado

É significativa a ação de movimentos sociais organizados nos diferentes segmentos. As ONGs, OSCIPs, Entidades Filantrópicas e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Outro fator significante é o número de comunidades quilombolas no Território, algumas já certificadas e outras em processo de regularização, que vem sendo representadas pelo Conselho Interterritorial de Quilombolas. De fato, inúmeras organizações estão presentes na região, principalmente diante da intensa dinâmica social de lutas pela terra e outras bandeiras.

Destaca-se também o trabalho de segmentos ligados a grupos religiosos, a exemplo da contribuição da Igreja “católica” através de suas várias pastorais. Resgatando o processo histórico do processo de formação das organizações (sindicatos rurais e conquista de terras). Desde 1990, o Baixo Sul sofreu influências externas para sua mobilização em três grandes momentos:

1º momento - Inicialmente a região dominada por um modelo político perverso, fez das associações um trampolim político que serviam apenas para a captação de recursos junto a Legião Brasileira de Assistência (LBA), e outras entidades congêneres, as pessoas eram levadas a associar-se para ter o direito ao benefício geralmente alimentação, cobertores, colchões e filtros sem ao menos acontecer reuniões ou qualquer nível de informação sobre o processo associativo.

2º momento – a partir de 1994 as associações passaram a ser fomentadas em larga escala pela Coordenação de Ação Regional – CAR. Como entidade capaz de captar recursos junto ao Banco Mundial através do projeto PRODUZIR/FUMAC/PAC, propiciou empoderamento artificial dos

presidentes de associações de agricultores familiares, mais uma vez sem prestigiar o crescimento do processo de organização de empreendimentos coletivos.

3º momento - recentemente a partir do ano de 2006 uma nova investida agora dos Bancos Oficiais criando associações com o intuito de oferecer crédito através do PRONAF/FNDE é considerada como a mais desastrosa investida, pois, além de não promover a educação associativa ainda levaram ao endividamento amplo dos produtores locais. Cruzando todos esses fatores houve o favorecimento a instalação de uma série de vícios no processo associativo e cooperativo da região. O que vem sendo trabalhado com maior zelo pelas entidades afins, principalmente da sociedade civil. Esta situação merece atenção da Agenda Territorial (AG-TER – Instituída pelo Decreto 16.792 de 17/06/2016) para buscar soluções viáveis e devolver a capacidade de crescimento econômico sustentável desses produtores.

Nos últimos anos podemos destacar o empoderamento das entidades e do apoio governamental principalmente do governo do estado em prol do fortalecimento do arranjo institucional territorial com participação popular através de processos construtivos e deliberativos, sendo o CODETER o instrumento de controle social e a AG-TER o instrumento de apoio à gestão econômica dos empreendimentos, individuais e coletivos.



Conferência de SAN, realizada no Auditório do IF Baiano



Conferência Territorial de ATER - Valença.

3. COMPOSIÇÃO do Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável – CODETER do BAIXO SUL (Ano base 2016)

PODER PÚBLICO	SOCIEDADE CIVIL
Câmara Municipal de Vereadores de Aratuípe	ASDECE
Câmara Municipal de Vereadores de Ibirapitanga	Projeto Onça
Câmara Municipal de Vereadores de P.T Neves	Associação Quilombola Boitaraca
Câmara Municipal de Vereadores de W. Guimarães	AGROVIDA
Câmara Municipal de Vereadores de Cairu	Colônia de Pescadores de Cairu
Câmara Municipal de Vereadores de Camamu	COOAIBASUL
Câmara Municipal de Vereadores de Gandu	AACAF
Câmara Municipal de Vereadores de Igrapiuna	COOPATAN
Câmara Municipal de Vereadores de Ituberá	Federação das Associações Trabalhadores Rurais
Câmara Municipal de Vereadores de Jaguaripe	APLB
SETRE	Colônia de Pescadores de Taperoá
Câmara Municipal de Vereadores de Nilo Peçanha	Comunidade Quilombola de Boitaraca, Lamego, Ingazeira.
Câmara Municipal de Vereadores de Pirai do Norte	ADESCAF
Câmara Municipal de Vereadores de Taperoá	Instituto Jovem
Câmara Municipal de Vereadores de Teolândia	UNISOL
Câmara Municipal de Vereadores de Valença	AAFEBS
Prefeitura de Aratuípe	IDES
Prefeitura de Cairu	ABPAGI
Prefeitura de Camamu	FAZAG
Prefeitura de Gandu	COOPROCAM
Prefeitura de Ibirapitanga	FACE Ativa
Prefeitura de Igrapiuna	Água Boa
Prefeitura de Ituberá	CDL Valença
Prefeitura de Jaguaripe	COOAFI
Prefeitura de Nilo Peçanha	FASE
Prefeitura de P. T Neves	Central Mata Atlântica
Prefeitura de Pirai do Norte	SINDPESCA
Prefeitura de Taperoá	Sindicato Rural de Cairu
Prefeitura de Teolândia	COOMAFES
Prefeitura de Valença	Colônia de Pescadores de Camamu
Prefeitura de W. Guimarães	MST
SEBRAE	Central das Associações de Agricultura Familiar de

	Valença
Secretaria Estadual do Meio Ambiente	Conselho Quilombola Inter-territorial
SECULT	SASOP
SUAF	Sindicato de T. Rurais Pirai do Norte
IFBAIANO	Sindicato de T. Rurais Valença
UNEB	Sindicato de T. Rurais Nilo Peçanha
ADAB	Sindicato de T. Rurais Taperoá
CIAPRA	Sindicato de T. Rurais Camamu
BAHIA PESCA	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Presidente
Secretaria de Segurança Pública	Sindicato de T. Rurais Ibirapitanga
BB	Sindicato de T. Rurais W. Guimarães
BNB	Sindicato de T. Rurais Gandu
CAIXA	Sindicato de T. Rurais Teolândia
CAR	Sindicato de T. Rurais Jaguaripe
CEPLAC	Sindicato de T. Rurais Aratuípe
UESC	Sindicato de T. Rurais Igrapiúna
DIREC	Sindicato de T. Rurais Ituberá
DIRES	ASCOOB
BAHIATER	Conselho da APA Caminho da Boa Esperança
DETRAN	FEAMTA
EMBRAPA	Central das Associações de Tancredo Neves
IBAMA	Associação Quilombola do Lamego
IBGE	Colônia de Pescadores de Nilo Peçanha
IFBA	CDL Gandu
INCRA	Associação da Boa Esperança
INSTITUTO BIOFABRICA	ABPESCA
	IDC

3.1 COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DIRETIVO DO TERRITÓRIO BAIXO SUL

PODER PÚBLICO	SOCIEDADE CIVIL
CEPLAC	AACAF
BAHIATER – Coordenação	SASOP
CIAPRA	ABPAGI
Prefeitura de Teolândia	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Presidente Tancredo Neves
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte- SETRE/ CESOL	FASE – Sub- Coordenação.
CRAM de Valença	Central Mata Atlântica
UNEB	CAAF
IFBaiano	CICOQ
CAR	IDC

A gestão do CODETER é feita pelo Núcleo Diretivo composta por 18 representantes da sociedade civil e do poder público que elege a coordenação territorial com titular e suplente para mandato de 2 anos.

No campo da gestão dos empreendimentos coletivos foi criada(2015) a Cooperativa Central da Agricultura Familiar e Economia Solidária- Central Mata Atlântica com o objetivo de gerir e administrar os empreendimentos coletivos da Agricultura Familiar fomentados pelo Território, garantindo a plena representação das cooperativas singulares.



Participantes da I Plenária de Requalificação do PTDS

A gestão do Território, também é realizada pelas entidades que compõem o CODETER, a partir dos eixos estratégicos definidos no PTDS em 2010 e das cadeias produtivas (*cacau, dendê, frutíferas, mandioca, guaraná, urucum, banana, piaçava, cravo, pimenta do reino, palmito, seringueira, piaçava, pesca, aquicultura e apicultura*). O território, do mesmo modo, é organizado pelas Câmaras Temáticas de Guaraná, ATER, Pesca e Aquicultura, do Cacau, Dendê, Organização Sustentável da Produção, Mulheres, Quilombolas. Além do mais, outros temas são discutidos como, o meio ambiente, educação, saúde, entre outros eixos relevantes para o desenvolvimento do território.

Os grandes projetos de investimentos e custeios são acompanhados pelo ND e pelos órgãos responsáveis, com alinhamento constante do andamento e dos possíveis ajustes nas reuniões ordinárias do CODETER.



II Plenária Territorial de Requalificação do PTDSS com a participação da SEPLAN e SDR

4. ESTRUTURA DA ECONOMIA DO TERRITÓRIO

4.1 - Delimitação do território e sua abrangência

O extenso território baiano (567.295 Km²) está dividido em 27 territórios de identidade. O Governo da Bahia reconheceu estas unidades territoriais por entender que o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões depende de identificar prioridades temáticas a partir da realidade local.

O Território Baixo Sul da Bahia, segundo fonte do PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, são cerca de 380 mil pessoas vivendo na região, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, é 0,63%, apesar do potencial econômico este dado é considerado relativamente baixo. As atividades rurais são bastante significativas e organizadas por associações, ONGs, cooperativas de produção e de crédito, sindicatos rurais, patronais e por secretarias municipais de agricultura. A base da economia provém de atividades ligadas a agricultura diversificada, enquanto nas regiões litorâneas destaca-se a pesca e o turismo.

A produção diversificada do Baixo Sul é uma característica fundamental, possibilitando o estabelecimento de diferentes estratégias para o desenvolvimento da região.

Existe todo um processo de investimento na diversificação dos sistemas produtivos garantindo a viabilização de agroecossistemas sustentáveis, como o caminho para a construção do desenvolvimento na região.

As propostas apresentadas pelo território Baixo Sul, destacam-se na busca da dinamização do território de identidade através de eixos estratégicos sócio-cultural, ambiental, educacional, político e institucional. Com base na construção coletiva de propostas, projetos, ações e empreendimentos, capazes de promover organização social, reaquecimento de mercados locais

e externos com um grande impacto econômico-social, conservar a mata atlântica, gerar riquezas, promovendo o desenvolvimento econômico respeitando os pilares da sustentabilidade.

Os projetos construídos no colegiado e pleiteados têm tratado diretamente do fortalecimento e revitalização de culturas já implantadas, sua industrialização e processamento, com a implantação de estruturas de beneficiamento e padronização dos produtos, apresentando uma lógica e interligação que proporcionem a implantação de um mosaico produtivo que se propõe a atuar nos gargalos da verticalização e comercialização em cadeia, capaz de promover uma grande dinamização da economia local viabilizando a agricultura familiar na região.

Segundo a Secretaria de Planejamento da Bahia - SEPLAN, “território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial”.

4.2 Densidade Demográfica do Território Baixo Sul



O Território Baixo Sul é composto por 15 municípios (Aratuípe, Jaguaripe, Valença, Taperoá, Cairú, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiuna, Camamu, Ibirapitanga, Gandu, Piraí do Norte, Wenceslau Guimarães Teolândia, e Presidente Tancredo Neves), localizados no leste do estado da Bahia (número 06 no mapa dos Territórios da Bahia). A extensão territorial, ocupa uma área de 8.141,86 Km², correspondendo a 1,44% do total do Estado da Bahia, e abriga 2,56% da população baiana. A densidade demográfica situa-se em torno de 44 hab./Km², ultrapassando a referência do Estado da Bahia, de 24 hab./Km. Fonte Bahia- SEI 2013.

Densidade Demográfica dos Municípios do Território

População Total

Municípios	Total	Baixo Sul		Bahia	
	Quant.	Quant.	%	Quant.	%
Valença	88.673	359.109	24,69%	14.016.906	0,63%
Cairu	15.374	359.109	4,28%	14.016.906	0,11%
Camamu	35.180	359.109	9,80%	14.016.906	0,25%
Gandu	30.336	359.109	8,45%	14.016.906	0,22%
Ibirapitanga	22.598	359.109	6,29%	14.016.906	0,16%
Ituberá	26.591	359.109	7,40%	14.016.906	0,19%
Nilo Peçanha	12.530	359.109	3,49%	14.016.906	0,09%
Piraí do Norte	9.799	359.109	2,73%	14.016.906	0,07%
Aratuípe	8.599	359.109	2,39%	14.016.906	0,06%
Jaguaripe	16.467	359.109	4,59%	14.016.906	0,12%
Taperoá	18.748	359.109	5,22%	14.016.906	0,13%
Tancredo Neves	23.846	359.109	6,64%	14.016.906	0,17%
Teolandia	14.836	359.109	4,13%	14.016.906	0,11%
Wenceslau Guimarães	22.189	359.109	6,18%	14.016.906	0,16%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/valenca_ba#demografia

4. 3 População e Emprego

Existe no Baixo Sul um equilíbrio entre a população urbana (52%) e a rural (48%). A urbanização se acentuou nas últimas décadas, uma vez que em 1980 a população urbana representava apenas 33% da população.

A população do território, considerando o gênero, representa 2,66% da população de homens, comparada com a população do Estado, e 2,50% da população de mulheres.

Os municípios de Valença, Camamu e Gandu são os de maior população, representando juntos, 42% da população total do território.

População por Gênero								
Municípios	Total Quant.	Homens		Mulheres		Total	Baixo Sul	
		Quant.	%	Quant.	%		homens	%
Valença	88.673	43.531	49,1%	45.142	50,9%	360.569	183.819	23,7%
Cairu	15.374	7.841	51,0%	7.533	49,0%	360.569	183.819	4,3%
Camamu	35.180	17.899	50,9%	17.281	49,1%	360.569	183.819	9,7%
Gandu	30.336	15.103	49,8%	15.233	50,2%	360.569	183.819	8,2%
Ibirapitanga	22.598	11.534	51,0%	11.064	49,0%	360.569	183.819	6,3%
Igrapiuna	15.787	8.351	52,9%	7.436	47,1%	360.569	183.819	4,5%
Ituberá	26.591	13.388	50,3%	13.203	49,7%	360.569	183.819	7,3%
Nilo						360.569	183.819	176.750
Peçanha						360.569	183.819	9,8%
Piraí do Norte	12.530	6.464	51,6%	6.066	48,4%	360.569	183.819	8,6%
Aratuípe	9.799	5.194	53,0%	4.605	47,0%	360.569	183.819	2,6%
Jaguaripe	8.599	4.376	50,9%	4.223	49,1%	360.569	183.819	2,4%
Taperoá	16.467	8.449	51,3%	8.018	48,7%	360.569	183.819	4,5%
Tancredo Neves	18.748	9.586	51,1%	9.162	48,9%	360.569	183.819	5,2%
Teolandia						360.569	183.819	176.750
Wenceslau Guimarães	23.846	12.212	51,2%	11.634	48,8%	360.569	183.819	6,6%
	14.836	7.725	52,1%	7.111	47,9%	360.569	183.819	4,0%
	22.189	11.475	51,7%	10.714	48,3%	360.569	183.819	176.750
								6,1%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/valenca_ba#demografia

População Rural e Urbana

Municípios	Total Quant.	Urbana				Rural				Baixo Sul				
		Quant.	%	Quant.	%	Total	Urbana	%	Rural	%				
Valença	88.673	64.368	72,6%	24.305	27,4%	359.109	191.149	33,7%	167.960	14,5%				
	15.374	8.147	53,0%	7.227	47,0%	359.109	191.149	4,3%	167.960	4,3%				
Cairu	35.180	15.618	44,4%	19.562	55,6%	359.109	191.149	8,2%	167.960	11,6%				
	30.336	24.848	81,9%	5.488	18,1%	359.109	191.149	13,0%	167.960	3,3%				
Camamu	22.598	6.163	27,3%	16.435	72,7%	359.109	191.149	3,2%	167.960	9,8%				
	15.787	966	6,1%	14.821	93,9%	359.109	191.149	0,5%	167.960	8,8%				
Gandu	26.591	19.252	72,4%	7.339	27,6%	359.109	191.149	10,1%	167.960	4,4%				
	12.530	3.105	24,8%	9.425	75,2%	359.109	191.149	1,6%	167.960	5,6%				
Ibirapitanga	9.799	3.689	37,6%	6.110	62,4%	359.109	191.149	1,9%	167.960	3,6%				
	8.599	5.513	64,1%	3.086	35,9%	359.109	191.149	2,9%	167.960	1,8%				
Igrapiuna	16.467	5.298	32,2%	11.169	67,8%	359.109	191.149	2,8%	167.960	6,6%				
	18.748	8.725	46,5%	10.023	53,5%	359.109	191.149	4,6%	167.960	6,0%				
Taperoá	23.846	9.569	40,1%	14.277	59,9%	359.109	191.149	5,0%	167.960	8,5%				
	14.836	5.068	34,2%	9.768	65,8%	359.109	191.149	2,7%	167.960	5,8%				
Teolandia	22.189	7.511	33,9%	14.678	66,1%	359.109	191.149	3,9%	167.960	8,7%				
Wenceslau Guimarães														

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

O índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é uma adaptação do índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para municípios realizados pelo PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, Fundação João Pinheiro – FJP, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e IBGE. O IDH-M leva em consideração três dimensões básicas para o desenvolvimento humano: renda, educação e longevidade.

Mesmo tendo evoluído em todos os itens que compõem os cálculos do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nos últimos 20 anos, a maioria dos 15 municípios que compõem o Território de Identidade do Baixo Sul não conseguem acompanhar o índice médio do Estado da Bahia, que é de 0,66(Fonte: PNUD, Ipea e FJP).

Veja abaixo tabela indicativa desses indicadores.

Ranking IDHM Municípios do Baixo Sul da Bahia 2010					
Município	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010	
1º Gandu	0,632	0,645	0,771	0,508	
2º Cairu	0,627	0,600	0,807	0,510	
3º Valença	0,623	0,619	0,778	0,502	
4º Ituberá	0,606	0,601	0,769	0,482	
5º Aratuípe	0,575	0,570	0,753	0,443	
6º Igrapiúna	0,574	0,565	0,789	0,424	
7º Taperoá	0,566	0,566	0,754	0,426	
8º Camamu	0,565	0,562	0,710	0,452	
9º Tancredo Neves	0,559	0,566	0,727	0,424	
10º Ibirapitanga	0,558	0,561	0,748	0,415	
11º Jaguaripe	0,556	0,552	0,763	0,407	
12º Teolândia	0,555	0,541	0,756	0,418	
13º Nilo Peçanha	0,547	0,531	0,762	0,404	
14º Wenceslau Guimarães	0,544	0,558	0,752	0,383	
15º Piraí do Norte	0,533	0,546	0,762	0,363	

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

4.4 - Composição do PIB, sua evolução Histórica e Recente

Evolução do PIB do Território x Bahia – R\$1.000,00			
Região	2002	2012	Variação %
Baixo Sul	1.262.343	6.461.279	411%
Bahia	60.671.843	167.727.000	276%
Variação %	2,10 %	3,85 %	

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A economia baiana apresentou um baixo desempenho, registrando um aumento no PIB de 4,92% de 2012 sobre 2011, enquanto o do Território do Baixo sul cresceu 26,30% no mesmo período (Fonte: PNUD, Ipea e FJP)

Nesse contexto, vale à pena ressaltar que a atividade econômica do Baixo Sul voltou-se, no período considerado, basicamente para a agropecuária, ainda que diversificada, apresentando desempenho muito tímido na indústria. O Baixo Sul não atraiu grandes capitais destinados à

atividade industrial, fortemente intensiva em tecnologia moderna, indutores de crescimentos mais acentuados em varias áreas econômicas.

Com base em dados do ano de 2013, o PIB do Território Baixo Sul somou R\$6.461.279.000, que representa 3,85% do PIB do estado, que atingiu a R\$167.727.375.000, um aumento de 411% em relação a 2002, enquanto o PIB do Estado, no mesmo período, aumento 276%. (Fonte: PNUD, Ipea e FJP). Mesmo considerando essas condicionantes, nos últimos 10 anos, o Território do Baixo Sul aumentou a sua participação no PIB do estado, passando de 2,10% para 3,85%.

Abaixo tabela indicativa da evolução do PIB comparativo entre o Baixo Sul, a Bahia e o Brasil, onde se observa que em vários anos, a evolução do PIB do território teve percentualmente, aumento maior do que o aumento do PIB do Estado da Bahia. Fonte: PNUD, Ipea e FJP

5. Matriz de Planejamento do PTDSS Território Baixo Sul

Eixo - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	
Objetivo 1- Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Território do Baixo Sul, o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis	
ESTRATÉGIAS	METAS
1. Continuação do fomento aos projetos de modernização e implantação de agroindústrias no Território Baixo Sul.	1.1- Implantar Agroindustriais que atendam a diversificação dos produtos objetivando obter padrão e qualidade do produto final. 1.2-Requalificar e implantar unidades de Beneficiamento de produtos de origem animal com sistema de inspeção (SIM,SEE,SIF). 1.3- Implantação de cozinhas comunitária e equipamentos para produção, embalagem e armazenamento; 1.4- Implantar infraestruturas produtivas nos assentamentos e promover melhorias nos equipamentos já instalados. 1.5-Implantar infraestruturas produtivas nos quilombos e promover melhorias nos equipamentos já instalados.
2. Ampliar o processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar através das Redes de Economia Solidária.	2.1-Reformar o Armazém da Rede de comercialização "Rede Mata Atlântica" no município de Nilo Peçanha. 2.2- Implantar o Centro de Economia Solidária no Baixo Sul-CESOL. 2.3- Implantar ATER para os empreendimentos; 2.4- Implantar nos 15 municípios que compõem o território Feiras de Produtos Orgânicas da Agricultura Familiar. 2.5- Requalificar as Feiras Livres dos municípios do Baixo Sul. 2.6- Ampliar a comercialização dos produtos da agricultura familiar nas redes de supermercados e nos mercados institucionais. 2.7- Implantar o SUASA no Território

3- Ampliar a produção dos produtos orgânicos da agricultura familiar estimulando o processo de certificação.	3.1-Implantar ATER unicamente agroecológica nas chamadas do Bahia Produtiva; 3.2- Ampliar os Editais de ATER Agroecológica; 3.3- Criação do Eixo ATER 3.4-Buscar parcerias com entidades que emitem certificação participativa, social e solidaria;
4- Ampliar ofertar de Assistência Técnica – ATER, para comunidades quilombolas.	4.1- Lançar editais específicos para as comunidades quilombolas obedecendo as especificidades de cada território; 4.2- Prestar serviços continuados de ATER para comunidades quilombolas.
5- Ampliar ofertar de Assistência Técnica para comunidades pesqueiras – ATEPA.	5.1- Lançar editais específicos para as comunidades pesca e aquicultura. 5.2- Prestar serviços continuados de ATEPA para comunidades pesca e aquicultura.
6- Ampliar ofertar de Assistência Técnica para Mulheres.	6.1- Lançar editais específicos para Mulheres 6.2- Prestar serviços continuados de ATER para Mulheres.
7- Ampliar ofertar de Assistência Técnica para Juventude.	7.1- Lançar editais específicos para Juventude. 7.2- Prestar serviços continuados de ATER para Juventude.

Eixo - Estrutura Fundiária e Acesso à Terra

Objetivo 2- Promover a reestruturação agrária acesso à terra do Território Baixo Sul como forma de garantir e assegurar a posse da terra para Agricultura Familiar.

ESTRATÉGIAS	METAS
1- Promover a Regularização Fundiária das áreas da Agricultura Familiar do Território Baixo Sul.	1.1-Medir e emitir os títulos de posse das terras dos Agricultores Familiares dos 15 municípios do Território Baixo Sul; 1.2. Assegurar a titulação e entrega de todas as propriedades com área até quatro (04) módulos fiscais 1.3- Assegurar medição e emissão do CEFIR das áreas dos Agricultores Familiares dos 15 municípios do Território Baixo Sul.
2-Promover a Regularização Fundiária das áreas dos Quilombos do Território Baixo Sul.	2.1-Medir e emitir os títulos de posse das terras quilombolas do Território Baixo Sul; 2.2- Assegurar medição e emissão do CEFIR das áreas Quilombolas do Território Baixo Sul.
3-Fomentar a aquisição de terras pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF	3.1-Assentar no mínimo 300 famílias pelo PNCF.

EIXO DE DESENVOLVIMENTO 03: FORMAÇÃO CIDADÃ E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

OBJETIVO: Promover a gestão e a participação social na implantação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas

ESTRATÉGIAS	METAS
1. Assegurar apoio administrativo, técnico e financeiro ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Sul- CODETER.	1.1- Dotar o CODETER com recurso financeiro para desenvolver as atividades territoriais. 2.2-Promover ações de localização, estruturação e manutenção do CODETER para que possa realizar o controle social das políticas públicas do territorial. 2.3- Manter continuamente 01 Agente de Desenvolvimento Territorial (ADT) no Território.
2-Promover o etnodesenvolvimento, autonomia das	2.1-Promover eventos através dos eixos do CODETER,

mulheres e da juventude.	com foco nas políticas públicas de gênero, etnia, geração de renda, povos tradicionais e terreiros.
3-Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo.	3.1- Qualificar as associações e cooperativas na gestão, produção e comercialização e acesso a mercados institucionais.

EIXO DE DESENVOLVIMENTO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
OBJETIVO-1: Desenvolvimento Social	
ESTRATÉGIAS	METAS
1- Qualificar o atendimento a Saúde	<p>1.1 Construção de um Hospital Escola Territorial do Baixo Sul, com Centro de Referência Regional para tratamento e apoio a pacientes Psiquiátricos e Dependentes de Álcool e Drogas.</p> <p>1.2-Aquisição de Catamarãs para Transporte Escolar e um Catamarã PSF em cada município ribeirinho.</p>
2- Reestruturar a Segurança Pública	<p>2.1-Criação de uma Companhia de Polícia Militar Especializada em Camamu e implantação de serviços especializados de atendimento aos Direitos das Mulheres, nas Delegacias dos Municípios do território e da Juventude através de criação dos Centros de Referencias da Juventude, ligados as Políticas de Educação, Cultura e Saúde, garantindo Instalações de Galpões para prática de esporte e cultura.</p>
3- Requalificar o processo de Educação	<p>3.1-Fortalecimento da UNEB com Implantação de um novo Polo de Educação Superior no Eixo 101 e Implantação dos Complexos Integrados de Educação de forma descentralizada.</p> <p>3.2- Implantação do Bolsa Auxilio Permanência dos Estudantes Secundaristas e ampliação do Bolsa Auxilio Complementar e Permanência de nível superior da UNEB</p> <p>3.3-Ampliar as ações de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior do território.</p> <p>3.4-Fortalecimento e Ampliação do Projeto Escolas Culturais nas Unidades de Ensino Estaduais do Território Baixo Sul.</p> <p>3.5-Fortalecer a educação profissional nas redes federal e estadual</p> <p>3.6-Promover a valorização da educação contextualizada, inclusiva e em tempo integral no campo e nas cidades</p> <p>3.7-Promover a formação continuada e valorização dos educadores/as com remuneração adequada e melhores condições de trabalho</p> <p>3.8-Implantar Políticas de Educação reparatórias e estruturantes para povos quilombolas, indígenas e beradeiros(Educação,Saúde,Habitação etc.) no Território Baixo Sul.</p> <p>3.9- Territorialização dos Equipamentos Culturais que tratam do Patrimônio Material e Imaterial, (IPAC, CCPI e Fundação Pedro Calmon etc.), através da criação do Núcleo Territorial de Cultura.</p> <p>3.10-Criação da Coordenação Territorial da Juventude, vinculada aos NTE's voltada a acompanhar a Política Estudantil e a Política Territorial de Juventude, com coordenação pelos movimentos de juventude do</p>

	Território, através de resolução a ser publicada pela Secretaria de Educação do Estado e Conselho Estadual de Juventude
4- Ampliar e Implantar Infraestrutura TBS	<p>4.1- Requalificação da BA-001 com retirada dos quebra-molas e introdução de Radares Eletrônicos e Pavimentação das BAs-544(Taperoá/Teolândia), 250(Ituberá/Gandu) e BA-120(Wenceslau Guimarães/Cravolândia) bem como, criação de um Consorcio Específico para melhoria e conservação das estradas vicinais.</p> <p>4.2-Instalação de uma Base da Bahia Gás no Território Baixo Sul para minimizar a deficiência de energia e permitir a instalação de fábricas e agroindústrias no território</p> <p>4.3-Reinstalação de uma Biofábrica para produção de mudas no Território Baixo Sul para produção de produtos regionais.</p> <p>4.4-Implantação de Entreposto de Comercialização de produtos da Agricultura Familiar, no Eixo BR-101 e da BA-001 e Requalificação das Feiras Livres incluindo a capacitação de feirantes</p>

5.1- Gestão do PTDSS

A gestão do PTDS será realizada pelo acompanhamento permanente do CODETER, através do Núcleo Diretivo e de sua coordenação, assessorado pelos integrantes das câmaras técnicas das cadeias produtivas, por meio de reuniões, seminários, oficinas de monitoramento, alinhamento, calendários de atividades semestrais e anual, planejamento, deliberações construtivas e deliberativas em prol do desenvolvimento sustentável do território.

5.2 Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

O Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PTDS será conduzido por meio de um plano de gestão interna e externa, que possa garantir a capacidade de pactuação e competência social mediante a iniciativa do Colegiado Territorial de atribuir aos integrantes do CODETER e colaboradores externos responsabilidades para assumirem tarefas na gestão do Plano, em prol da materialização dos objetivos, metas, e resultados esperados. Devendo ainda buscar o contínuo processo de qualificação das Estratégias, bem como buscando governança nos acordos e negociações com os atores e parceiros nas diversas esferas, de forma que os instrumentos de controle social e arranjos institucionais possam garantir execução com sinergia entre os projetos, programas, ações e iniciativas dentro e fora do território em prol do desenvolvimento do mesmo.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2010). Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Baixo Sul da Bahia – PTDS/2010. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio021.pdf

BRASIL (2017). Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – PTDSS/2017.

Relatórios das Reuniões do CODETER- Baixo Sul.

Propostas aprovadas na 2ª Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Propostas das oficinas de requalificação do PTDSS

Diagnóstico Territorial da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (SDE);

Sistema de Informações Municipais SEI/SEPLAN.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IGBE.

Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária e sua Territorialização.

Zoneamento Ecológico Econômico.

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL

